

Política de avaliação da educação básica: *estudos sobre os indicadores da região Nordeste*

Basic education evaluation policy:
studies on the Northeastern region indicators

Política de evaluación de la educación básica:
estudios sobre los indicadores de la región Nordeste

MARIA HELENA AUGUSTO*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte- MG, Brasil.

TIAGO ANTÔNIO DA SILVA JORGE**

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte- MG, Brasil.

RESUMO: O artigo apresenta informações sobre política educacional, em especial a praticada na Região Nordeste, associada às avaliações em larga escala, bem como a análise das consequências das medidas interventoras sobre os resultados escolares, a partir do Ideb 2017, do Pisa 2015 e de estudos sobre os sistemas educacionais dos nove estados que integram a Região, realizados por pesquisadores em políticas públicas. Pela análise dos indicadores (resultados escolares) e estudo dos sistemas educacionais dos estados apresenta dados sobre a desigualdade educacional, em relação às demais regiões do país, bem como entre os próprios estados do Nordeste.

Palavras-chave: Avaliação da educação básica. Indicadores educacionais. Desigualdade social.

ABSTRACT: The article introduces information on educational policy, particularly the one practiced in the Northeastern region, associated

* Graduada em pedagogia, é mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. É integrante do Grupo de Pesquisa sobre Políticas Educacionais e Trabalho Docente (GESTRADO). *E-mail:* <malenaoga20@gmail.com>.

** É graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, mesma instituição na qual atualmente é professor. É integrante do Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO). *E-mail:* <tiagojorge@ufmg.com>.

with large-scale assessments, as well as an analysis of the consequences of intervening measures on school results, starting at Ideb 2017, from Pisa 2015, and from studies on the educational systems within the nine states which integrate that region, carried out by public policy researchers. By analyzing the indicators (school results) and the study of the educational systems from each state, it presents data on educational inequality, in relation to other regions of the country, as well as among Northeastern states.

Keywords: Basic education evaluation. Educational indicators. Social inequality.

RESUMEN: El artículo presenta información sobre la política educativa, en particular la practicada en la región nordeste, asociada a evaluaciones a gran escala, así como el análisis de las consecuencias de las medidas intervinientes en los resultados escolares, comenzando con Ideb 2017, Pisa 2015 y estudios sobre los sistemas educativos de los nueve estados que integran la región, realizados por investigadores de políticas públicas. Al analizar los indicadores (resultados escolares) y estudiar los sistemas educativos de los estados, presenta datos sobre la desigualdad educativa, en relación con otras regiones del país, así como entre los propios estados del nordeste.

Palabras clave: Evaluación de la educación básica. Indicadores educativos. Desigualdad social.

Introdução

A escola pública no Brasil, como em outros países, tem sido gradualmente idealizada como uma cultura de eficácia e eficiência, associada às avaliações em larga escala. Em nosso caso o sistema nacional de avaliação, com inúmeros indicadores educacionais a serem alcançados, passa a trazer diversas mudanças sobre a organização do sistema escolar e, conseqüentemente, sobre a gestão da escola e sobre seus trabalhadores docentes. Nesse sentido, propõem-se reflexões sobre política educacional em vigência, em especial a praticada na região Nordeste, associada às avaliações em larga escala, bem como a análise das conseqüências das medidas interventoras sobre os resultados escolares.

Segundo dados do *Censo Escolar – 2017, Sinopse e Estatística*, realizada e divulgada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da

Educação (Inep/MEC), o Brasil tem uma população escolar de 48,8 milhões de alunos na educação básica, matriculados em 186,1 mil escolas em todo o País. Deste total de alunos, 81,8% pertencem às escolas públicas, onde, de modo geral, ocorre a precariedade das condições, aí compreendidas a infraestrutura escolar e a qualidade do atendimento. Do total da matrícula na educação básica, a Região Nordeste, composta por nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), está representada por 14,3 milhões de alunos.

O objeto do artigo é o estudo da política educacional da Região Nordeste, a partir da análise das avaliações em larga escala, resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, e do *Programme for International Student Assessment* (Pisa), bem como da política educacional dos estados. Desta forma, este texto foi escrito com a finalidade de apresentar e analisar os dados das avaliações dos estados da Região Nordeste, cotejando-os às médias da Região e do País e, a partir dos estudos sobre os sistemas educacionais, analisar a política educacional, tendo em vista a desigualdade social.

A Região Nordeste não foi escolhida aleatoriamente. A decisão está baseada no histórico sócio-político, que a viu, ao longo do tempo, como área de pobreza castigada pela seca, levando muitos dos ali nascidos a migrarem para outros estados do País, à procura de novos meios de vida, trabalho e emprego. Atualmente, novos prognósticos de desenvolvimento econômico estão a acenar à Região, muitos deles movidos pelo protagonismo e liderança política dos governadores dos estados, que formaram um pacto federativo, denominado “Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Nordeste”¹, criado em reunião do “Fórum de Governadores do Nordeste, exercício 2019 a 2022”, em março de 2019, em São Luiz, Maranhão, e oficializado em julho de 2019.

Do ponto de vista metodológico, pode-se classificar este texto como um estudo documental. Desta forma, foram consultados, em um primeiro momento, dois documentos do site do Inep², sendo: 1) “Resumo Técnico dos Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica”, neste texto denominado ‘resumo técnico Ideb’; e 2) “Brasil no Pisa 2015 - Análise e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros”, aqui denominado “Brasil-Pisa 2015”. Este estudo foi publicado em novembro de 2016, tendo sido realizado por técnicos do Inep e da Fundação Sanliba. Procurou-se pelo estudo dos dois documentos, em primeiro lugar, identificar os resultados escolares dos exames, Saeb e Pisa e, em seguida, analisar os indicadores em relação à média do País e da própria Região. Após a análise dos documentos foi também consultado o livro *A política educacional em contexto de desigualdade. Uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste*, organizado por Oliveira, D. A.; Duarte, A. M.; C. e Rodrigues C. M. L., lançado em 2019, pela Editora Mercado das Letras,³ que em sua segunda parte contém nove capítulos escritos por pesquisadores em políticas públicas da Região Nordeste que apresentam estudos sobre os sistemas escolares das redes públicas dos nove estados.⁴

A análise dos resultados leva a algumas indagações sobre as políticas públicas neste texto: Quais os fatores que condicionam os resultados escolares da maioria dos estados da região, acarretando o seu posicionamento abaixo da média nacional? Quais as razões que contribuem para que dois estados do Nordeste, Pernambuco e Ceará, se destaquem em relação ao desempenho escolar?

Este artigo está estruturado da seguinte forma: em uma primeira parte discorre sobre as avaliações em larga escala no Brasil - o Saeb, exame nacional, e o Pisa, dispositivo de avaliação internacional, do qual o Brasil participa, faz a descrição destes exames, apresenta e analisa os resultados do Ideb dos estados da Região Nordeste do País, em médias obtidas, no período 2005 a 2017, e os resultados do Pisa do ano de 2015. Em uma segunda parte, procurando articular-se à primeira, analisa os estudos sobre os sistemas educacionais dos estados da Região, a política de educação, e apresenta aspectos da desigualdade social. Em seguida, a título de considerações finais, tece argumentos que indicam a necessidade de repensar a política educacional, à procura de soluções sobre as questões levantadas.

A avaliação da educação básica no Brasil

Ao longo dos anos, o Brasil vem demonstrando um desempenho precário em seu sistema educacional, nas redes públicas, nas avaliações nacionais e internacionais dos quais participa. Uma dessas avaliações, que se constitui em instrumento de regulação da política de educação no Brasil é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), administrado pelo Inep/MEC. Composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala, tem como principal objetivo realizar um diagnóstico da educação básica brasileira, pela aplicação de testes cognitivos nas áreas de língua portuguesa e matemática, e que, segundo informações do Inep/MEC, possibilitaria aferir a proficiência nessas áreas e, ainda, por meio da aplicação de questionários para os estudantes, professores e diretores, constituir bases de dados sobre a educação básica no País.

O Saeb é realizado periodicamente pelo Inep desde os anos 1990, sendo censitário, e tem por objetivos, no âmbito da educação básica, de acordo com o MEC: 1. avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação praticada no País em seus diversos níveis governamentais; 2. produzir indicadores educacionais para o Brasil, suas regiões e unidades da Federação; 3. subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas baseadas em evidências, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do Brasil; e 4. desenvolver competência técnica e científica de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições educacionais de ensino e pesquisa. Em 2018 o Inep anunciou que seriam realizadas modificações no sistema de avaliação da educação

básica, a serem implementadas em 2019, mas, em virtude das mudanças de governo, tal fato não veio ainda a ocorrer.

A partir do Saeb, o Inep/MEC apresenta os indicadores educacionais, medidas construídas por diferentes dados produzidos pelo Inep que têm a pretensão de auxiliar no processo de avaliação dos sistemas educacionais. Os indicadores consistem em instrumentos para o monitoramento e regulação dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem (MEC/Inep). O principal indicador no Brasil, criado em 2007 pelo Inep/MEC, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que combina os resultados do fluxo escolar, obtidos pelo Censo Escolar, com as médias de desempenho do Saeb. É divulgado a cada dois anos e serve como ferramenta para acompanhamento das metas da educação.⁵ O Resumo Técnico Ideb apresenta este indicador como uma medida para avaliar o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação, indicador que tem influência na eficiência do fluxo escolar, ou seja, na progressão dos estudantes entre etapas/anos na educação básica. Essas duas dimensões, que refletem problemas estruturais da educação básica brasileira de acordo com o relatório, precisam ser aprimoradas para que o País alcance níveis educacionais compatíveis com seu potencial de desenvolvimento e para garantir o direito educacional expresso em nossa Constituição Federal. Segundo Jorge (2014, p.114), o Ideb agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitam traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. Entretanto, segundo o autor, trata-se de uma visão de qualidade da educação em uma perspectiva quantitativa, considerada como legítima pelos governos, que a reduzem a uma métrica, ignorando outros aspectos fundamentais da formação humana.

O Brasil também participa do *Programme for International Student Assessment (Pisa)*, dispositivo de avaliação internacional, que compara resultados de sistemas educacionais de 70 países. O Pisa constitui-se em um dos principais meios de ação da Organização para a Cooperação Desenvolvimento Econômico (OCDE) e vem sendo realizado desde os anos noventa. O Brasil é integrante do programa e, segundo relatórios que já foram divulgados no site do Inep/MEC, no penúltimo exame realizado, no ano de 2015, do qual já se tem dados, o Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática. Em 2015 participaram do exame 23.141 alunos de 841 escolas. É uma avaliação trienal e foca três áreas cognitivas – ciências, leitura e matemática, além da contextualização dos resultados por meio de questionários aplicados aos estudantes, diretores de escolas, professores e pais. Segundo Pettersson e Moltasd, (2016, p. 629), o Pisa foi criado em um momento feliz, pois se tratava de um período promissor ao consenso neoliberal, que via a educação a serviço da economia. Segundo estes autores, o Pisa não é só um exame, pois cria fundamentos sobre como ver e pensar a educação, cria “verdades e fatos” bem como apregoa e realiza a comparação, uma vez que a OCDE promove reuniões para discutir

os resultados entre países e publica relatórios globais e por países, periodicamente. A OCDE, como entidade internacional e globalizada, exerce um papel que pode ser caracterizado, segundo a teoria da regulação social, como “regulação transnacional” ou ainda “empréstimo de políticas”. Neste sentido a OCDE preconiza que a educação dos países deve ser reformulada para permitir competitividade em economia e, neste caso, o Pisa pode ser visto como instrumento da “economia do conhecimento” (CARVALHO, 2016, p. 669).

Resultados do Ideb e Pisa 2015 na Região Nordeste

O Ideb está em sua sétima edição, tendo sido calculado pelo Inep também em 2005.⁶ Neste texto serão considerados dados referentes aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio da região Nordeste, etapas mais críticas da Educação Básica.

Os resultados do Ideb mostram que, apesar de o País ter melhorado seu desempenho nos anos finais do ensino fundamental, alcançando, em 2017, um índice igual a 4,7, a meta proposta não foi atingida. Nos anos finais do ensino fundamental, as escolas das redes estaduais estão mais presentes, cabendo aos estados 49,7% do atendimento desta etapa de ensino. Em apenas 8 (oito) estados as redes estaduais vêm ocorrendo melhores resultados, estando o País distante da meta projetada, tanto para os anos finais do ensino fundamental, como para o ensino médio. Na Região Nordeste do País, os resultados obtidos nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio de 2005 a 2017 são os que se apresentam a seguir:

Tabela 1: Ideb - Anos finais do ensino fundamental- rede pública

Unidade da Federação	Ideb -rede pública									
	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011	Ideb 2013	Ideb 2015	Indicador de Rendimento (P)2017	Nota Média Padronizada (N)2017	Ideb 2017	Meta Ideb 2017
Brasil	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	4,5	0,87	5,36	4,7	5,0
Nordeste	2,6	2,9	3,1	3,2	3,4	3,7	0,82	4,74	3,9	4,1
Maranhão	3,2	3,4	3,6	3,6	3,8	3,8	0,87	4,86	4,2	4,7
Piauí	2,6	3,1	3,4	3,6	3,5	3,8	0,82	4,92	4,0	4,1
Ceará	2,8	3,4	3,6	3,7	3,9	4,2	0,87	5,13	4,5	4,3
R.G.Norte	2,6	2,7	2,9	2,9	3,1	3,2	0,73	4,60	3,3	4,0
Paraíba	2,5	2,8	2,8	2,9	3,0	3,3	0,76	4,48	3,4	4,0
Pernambuco	2,4	2,5	3,0	3,3	3,6	4,1	0,92	4,85	4,5	3,9
Alagoas	2,5	2,7	2,7	2,5	2,7	3,1	0,84	4,78	4,0	4,0

Unidade da Federação	Ideb -rede pública									
	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011	Ideb 2013	Ideb 2015	Indicador de Rendimento (P)2017	Nota Média Padronizada (N)2017	Ideb 2017	Meta Ideb 2017
Sergipe	2,9	2,9	2,7	2,9	2,7	2,9	0,72	4,81	3,5	4,4
Bahia	2,6	2,7	2,8	2,9	3,1	3,2	0,70	4,59	3,2	4,2

Fonte: “Resumo Técnico dos Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica INEP \ MEC.

Tabela 2: Ideb- Ensino médio – rede estadual

Unidade da Federação	Ideb -rede pública									
	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011	Ideb 2013	Ideb 2015	Indicador de Rendimento (P)2017	Nota Média Padronizada (N)2017	Ideb 2017	Meta Ideb 2017
Brasil	3,0	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	0,82	4,23	3,5	4,4
Nordeste	2,7	2,8	3,1	3,0	3,0	3,2	0,82	3,98	3,2	4,0
Maranhão	2,4	2,8	3,0	3,0	2,8	3,1	0,86	3,91	3,4	3,7
Piauí	2,3	2,5	2,7	2,9	3,0	3,2	0,86	3,91	3,3	3,6
Ceará	3,0	3,1	3,4	3,4	3,3	3,4	0,91	4,21	3,8	4,3
R.G.Norte	2,6	2,6	2,8	2,8	2,7	2,8	0,76	3,77	2,9	3,9
Paraíba	2,6	2,9	3,0	2,9	3,0	3,1	0,79	3,88	3,1	4,0
Pernambuco	2,7	2,7	3,0	3,1	3,6	3,9	0,93	4,32	4,0	4,0
Alagoas	2,8	2,6	2,8	2,6	2,6	2,8	0,85	3,89	3,3	4,1
Sergipe	2,8	2,6	2,9	2,9	2,8	2,6	0,75	4,08	3,1	4,2
Bahia	2,7	2,8	3,1	3,0	2,8	2,9	0,74	3,73	2,7	4,1

Fonte: “Resumo Técnico dos Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica” INEP/MEC.

A informação que se procura trazer, a partir das tabelas, são os resultados do Ideb por estado do Nordeste, pelas médias obtidas, para analisar a educação pública da Região. A referência para a compreensão do valor do indicador por estado foi tomada comparando-o à média do Brasil, no ano de 2017.

Como se vê, pela tabela acima, as médias obtidas por sete entre os nove estados na Região Nordeste estão abaixo das previstas no período para 2017 para o País, no ensino médio, e anos finais do ensino fundamental. Os estados de Ceará e Pernambuco se destacaram em relação aos demais, nas avaliações do Ideb quando cotejados aos demais da Região e, tendo superado as metas previstas em 2017, estão entre os estados da Federação que o conseguiram. As regiões Sudeste e Sul, de modo geral, apresentam performance superior em tais avaliações e elevam, por tal motivo, a média nacional. Pode-se, portanto,

segundo o Resumo Técnico Ideb, publicado no site do MEC, constatar as diferenças de desempenho no Saeb entre estados da Federação.

Segundo o Resumo Técnico Ideb, melhorar o fluxo escolar ainda é um grande desafio para o Brasil, uma vez que dados mostram a elevada taxa de distorção idade-série para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Pode-se encontrar estados com taxas de distorção superiores a 40%, nas duas etapas de ensino, sendo este um dos fatores a dificultar, conforme o relatório, o alcance de melhores índices. Tal defasagem interfere também nos resultados do Pisa no Brasil.

Quadro I: Resultados do Pisa 2015: Média do Brasil e estados do Nordeste

Média Brasil e estados R. Nordeste	Áreas de conhecimento		
	Ciências	Português	Matemática
Brasil	401	407	377
R. Nordeste	377	382	354
Ceará	401	409	382
Pernambuco	388	394	360
Piauí	380	381	355
Paraíba	380	385	357
R. G. Norte	377	384	353
Sergipe	375	379	354
Maranhão	369	377	343
Bahia	368	372	343
Alagoas	360	362	339

Fonte: Brasil no PISA 2015, análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros. INEP/MEC

Quanto aos resultados do Pisa, o estado do Ceará se destaca, igualando em ciências a média nacional, e a superando em matemática e português. O estado de Pernambuco também supera a média da Região nos três conteúdos, mas se situa aquém da média nacional. Os demais estados da Região apresentam posicionamento semelhante nos dados do Pisa e nos resultados do Ideb, ou seja, Ceará e Pernambuco estão em posição melhor na escala, e com pequenas alterações os demais estados obtêm as mesmas colocações.

O Pisa é um exame direcionado aos alunos, tanto da rede pública como privada, com idade entre 15 anos e 2 meses e 16 anos 3 meses, no momento da aplicação do teste. Embora não seja especificamente um exame cognitivo, segundo a OCDE, a defasagem idade/série pode vir a ser um dos fatores a interferir nos resultados. Com o objetivo de verificar a variação entre países, foi criada uma medida associada ao ano modal, segundo o relatório, denominada Grade. O índice calculado indica a defasagem idade-série em

cada país.⁷ A maioria dos estudantes de 15 anos no Brasil está no ensino médio, mas, ao se observar esse índice por unidade da Federação, verifica-se que a defasagem idade\ série ainda é um desafio para alguns estados brasileiros. Pelo mapa apresentado no relatório, sete dos estados do Nordeste, (Bahia, Maranhão, Rio G. Norte, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Piauí) têm índice negativo na defasagem idade/série. Em dois estados, Ceará e Pernambuco, o índice é positivo, ou seja, é menor a defasagem. O relatório informa que, com base no estudo das relações entre os marcos teóricos do Pisa e as matrizes do Saeb-Prova Brasil, os estudantes brasileiros do 9º ano do ensino fundamental são capazes de resolver, em parte, os itens do Pisa. Se não ocorresse defasagem idade\ série entre os jovens brasileiros de 15 anos, é provável que os resultados em testes cognitivos como os do Pisa fossem melhores.

Segundo Villani e Oliveira (2018, p.1343), as relações entre o Pisa e o Ideb podem ser consideradas estatísticas mas também políticas. As autoras mostram que, no que se refere à produção dos dados do Pisa, os resultados apresentam criticidades em relação às informações coletadas e disseminadas sobre o sistema escolar do Brasil. Constata-se que o Pisa aplicado no Brasil reflete uma representação parcial da realidade escolar brasileira, que se apresenta complexa, muito diversificada e com um nível de desigualdade econômica e cultural forte, não só entre estados, mas também entre municípios de um mesmo estado. Segundo as autoras, a OCDE, por induzir este modelo, acaba por produzir uma transformação e uniformização do conceito de qualidade educativa que vai sendo incorporado e representa uma situação de poder sobre a política de educação.

Aspectos da desigualdade social da Região Nordeste

O Nordeste é a terceira maior região geográfica do País, com uma área de aproximadamente 1,5 milhões de quilômetros quadrados, e tem aproximadamente 53,5 milhões de habitantes, de acordo com o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo a terceira maior economia do Brasil, atrás somente do Sul e Sudeste.

A desigualdade social é, de modo geral, considerada como a diferença existente entre classes sociais, levando-se em conta fatores econômicos, educacionais e culturais. Pode ser medida em faixas de renda, ou ainda por outros fatores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD), Segundo o *Atlas Brasil*,⁸ lançado pelo Pnud em parceria com o Instituto de pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e a Fundação João Pinheiro, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, em 2018, era de valor 0,759, mantendo a posição 79 no ranking entre 189 países, situando-se na faixa de 'Alto IDH' (entre 0,700 e 7,999).⁹ Entretanto, o Brasil é um país onde predomina grande

desigualdade social, sendo que 1% da população tem rendimento médio mensal de 27,744 reais, enquanto mais de 50% da população tem renda de 840 reais, menos que um salário mínimo, conforme informação do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).¹⁰

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso, a longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O IDH demonstra como estão as condições de vida de populações e de progresso socioeconômico de determinada localidade.¹¹ O IDH é calculado de 0 a 1, sendo 1 desenvolvimento humano total, quanto mais próximo de 0, menos desenvolvido é o país, ou estado.

Alguns estados da Região Nordeste, segundo cálculos do ano de 2017 apresentam o IDH na faixa de 'Médio IDH' (0,600 e 0,699). São eles o Piauí: 0,690; Maranhão: 0,682; Alagoas: 0,683 e Sergipe: 0,699; já outros estados situam-se na faixa alta, como Bahia: 0,709; Paraíba: 0,709. Maiores IDH: Pernambuco: 0,730; Ceará: 0,726; Rio Grande do Norte: 0,736.

Outro índice, criado em 1912, é o Coeficiente de Gini, fórmula que permite a classificação da desigualdade social. Ele varia de 0 a 1, sendo 0 a condição perfeita, sem desigualdade social e 1 o maior nível de desigualdade. Assim, quanto menor é o valor numérico, menos desigual é o país. Por este índice, o Brasil é o 7º país mais desigual do mundo, segundo dados de 2017, com o índice de 0,533.

Os índices dos estados da Região Nordeste mostram maior desigualdade, pois se situam mais próximos de 1, com destaque para Maranhão: 0,545; Sergipe: 0,562; Piauí: 0,566 e Bahia: 0,559. Os demais estados, embora tenham índices inferiores aos do índice do Brasil, também são desiguais. Os dados apresentados mostram o fato de que a Região Nordeste seja historicamente conhecida como a que apresenta altos índices de desigualdade social que tem, em consequência, desigualdade educacional.

Para Campello, et al (2018, p.54), no caso do Brasil, os coeficientes acima citados são insuficientes para explicar a realidade da desigualdade social, uma vez que parcela expressiva da população vive às margens das condições mínimas de vida e elevá-las a um patamar de dignidade se torna um grande desafio. A desigualdade social é, para a autores, uma relação política possível de ser enfrentada pela ação do Estado e afirmada pelas lutas coletivas por direitos, cujo efeito democrático pode desestabilizar privilégios historicamente acumulados. Os autores consideram que o investimento em educação se constitui em uma estratégia para o desenvolvimento social de um país, pois a manutenção das desigualdades em educação é um dos fatores que mais determinam a exclusão social e a perpetuação da pobreza.

Muitos fatores contribuem para que a oferta da educação pública segundo a realidade encontrada na região Nordeste, esteja ainda, em algumas situações, distanciada dos parâmetros de qualidade social, entendida como a aquela que seja laica, gratuita,

democrática e que ofereça as condições favoráveis à formação e desenvolvimento integral dos educandos aos quais atende, nos marcos da justiça social e do mais amplo direito à aprendizagem e cidadania plena. A educação assim compreendida deve promover a inclusão social de todos e o seu desenvolvimento como sujeitos de direitos, conforme pensada por Freire (2007, p.25), como aquela em que ensinar não seja somente transferir conhecimentos. Exige a participação de todos em uma perspectiva capaz de contribuir na transformação dos educandos em sujeitos do seu próprio desenvolvimento.

Embora tenha ocorrido crescimento econômico, em épocas mais recentes, com a transferência e instalação de indústrias na Região Nordeste, sabe-se que as desigualdades sociais persistem, com baixas condições de emprego e trabalho, e altas taxas de analfabetismo, superando os dois dígitos em todos os estados da Região. Estes fatores acabam por intervir, condicionando a oferta e desenvolvimento da educação básica nas redes públicas. São ainda necessárias mudanças estruturais que possam dotar a economia de um dinamismo próprio, que a conduza a importantes mudanças no perfil distributivo regional e instale um processo sustentado de desenvolvimento econômico.

Os sistemas educacionais da Região Nordeste

A análise das diferenças entre políticas educacionais dos estados teve por fonte o livro *A política educacional em contexto de desigualdade. Uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste*, em especial a segunda parte onde os dados coletados pelos autores se referem às redes públicas de educação. Foram definidos, a partir dos estudos sobre a política educacional das redes públicas da Região, alguns componentes, como a monitorização dos dados numéricos dos exames externos da área educacional, questões como a formação dos professores da educação básica, a situação de efetividade (ou precariedade) nas carreiras docentes, implementação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), segundo a Lei n. 11.738/2008, bem como taxas de analfabetismo, distorção idade/série e professores não habilitados. Os indicadores do Ideb, conforme apresentados e analisados na primeira parte deste texto, também contribuíram para a análise da política educacional da Região Nordeste e permitem responder a indagações formuladas na introdução do artigo.

Os nove estados têm sistemas de educação organizados, planos estaduais de educação em vigência e pagam o Piso Salarial Profissional Nacional, contemplando horas para outras atividades pedagógicas, conforme a Lei 11.738/2008, com exceção de Sergipe, conforme Bretas et al, (2019, p.415). No estado do Maranhão, em relação à formação e valorização dos profissionais da educação, segundo Lima, Bianchini e Lima, (2019, p.246) o governo apresenta em seu Plano Estadual de Educação (PEE 2014-2024) metas que visam assegurar formação em nível superior a todos os professores, garantir a formação

continuada e direitos legais, com o pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional, estando os valores pagos em 2018 acima dos previstos, segundo a Lei 11.738/2008 para os professores em exercício no ensino médio.

Para o estudo das questões acima, os estados foram agrupados em três segmentos, levando-se em conta os resultados do Ideb. Compõem o segmento 1 (um), Maranhão, Sergipe, Alagoas e Bahia. O segmento 2 (dois) é integrado por Pernambuco e Ceará; já o segmento 3 (três) é composto por Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Quadro II. Distorção idade/série, índice de analfabetismo e professores não habilitados

Estados	Distorção idade/série Ens. Fund.	Distorção idade/série Ens. Médio	Índice de analfabetismo	Professores sem habilitação
Maranhão	32,5%	37,3%	16,7%	29,2%
Sergipe	30,6%	47,5%	14,5%	21,5%
Bahia	36,2	47,0%	12,7%	33,3%
Alagoas	30,4%	32,7%	18,2%	47,8%

Fonte: OLIVEIRA, DUARTE, RODRIGUES, 2019.

Necessário registrar que a média de analfabetismo do Brasil é de 6,8%, estando os quatro estados, como pode ser visto no quadro II, bem acima da média nacional. Atuam com contratados temporários (65%) Alagoas e (33,9%) Bahia). Outro destaque em Alagoas, segundo Candeias e Oliveira (2019, p.81), é o índice de reprovação nos últimos anos do ensino fundamental, chegando ao patamar de 30%. Estes quatro estados têm médias inferiores à média nacional, tanto nos dados do Ideb 2017, como nos dados do PISA 2015. Os quatro estados têm planos de governo em que as metas previstas contemplam a educação básica pública, mas trata-se de uma realidade em que os problemas a serem enfrentados são numerosos e acabam por exercer um forte impacto no alcance das metas educacionais, como apontam Souza e Ramos (2019, p.113).

O segundo segmento é composto por dois estados, Ceará e Pernambuco, que conforme demonstrado nas tabelas sobre o Ideb, anos finais do ensino fundamental e ensino médio, como também, no quadro sobre o Pisa 2015, apresentados na primeira parte do texto, têm médias superiores aos demais estados da Região e em alguns casos superam a média nacional. Nos dois estados a principal característica na área de educação é o empenho dos governos em obter bons resultados nos exames citados e a continuidade das políticas em desenvolvimento desde a gestão de governos anteriores. As informações a seguir explicam indagações, formuladas na introdução deste artigo. No Ceará as ações pedagógicas e administrativas centradas no atendimento às escolas se destacam nas

instâncias intermediárias, as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da educação (Credes). Dentre as regionais há uma em destaque, a de integração com os municípios, que exerce papel preponderante na articulação das ações conjuntas, segundo Pinheiro e Benevides (2019, p. 157). O foco da política educacional centra-se, pois, na universalização do atendimento à população dos 4 aos 17 anos; na alfabetização, prevista em dois anos de escolaridade; em escolas de tempo integral; na articulação entre ensino médio e educação profissional. Outra informação marcante refere-se ao exame de avaliação da educação básica do Ceará. Trata-se do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaace), censitário, realizado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). De acordo com Pinheiro e Benevides (2019, p.157), alunos e professores são bonificados por bons resultados, aqueles com um *notebook* e estes com acréscimo de um 14º salário. Não se registram penalidades em caso de não alcance de metas previstas, conforme informação dos autores. Na valorização do professor, registram-se duas direções: o incremento dos salários de professores, após 2015, e o incentivo à formação continuada. Em 2015 foi implantado um plano de carreira com vencimentos acima do PSPN, prevendo progressão vertical - e os professores têm direito à licença remunerada para capacitação profissional.

O estado de Pernambuco tem uma política educacional centrada no foco dos resultados escolares, e este fato tem sido constante pelo menos há duas gestões de governos anteriores. Na área de educação, como em outras, em Pernambuco, a política pauta-se nas premissas da gestão de controle por meio dos resultados, estabelecendo acordos de desempenho entre as escolas e o Poder Executivo Estadual, vinculados à remuneração variável dos servidores. Esta política vem de programa anterior, denominado “Modernização da Gestão Pública no Estado de Pernambuco – Metas para Educação”, conforme mencionado por Duarte (2019, p.301). Além do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o governo em Pernambuco adotou o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (Idepe) no monitoramento da qualidade educativa do estado. O Idepe, a espelho do Ideb, é construído a partir dos resultados de desempenho estudantil, aferidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (Saepe) e das taxas de fluxo escolar nas instituições estaduais. E assim, a gestão por resultados apresenta-se como um processo que envolve definir e monitorar indicadores com vistas a medir e melhorar o desempenho de organizações, programas e projetos e, desta forma, os contratos de desempenho constituem-se como um dos instrumentos da gestão por resultados, estabelecendo objetivos e metas e em alguns casos, premiação por resultados quando do alcance das metas, ou punição, em situação contrária. Outro destaque da gestão educacional em Pernambuco refere-se às “Escolas de Referência de Ensino Médio” (Erem) com políticas de remuneração, jornada de trabalho e gestão próprias, que, segundo Duarte (2019, p.303), possuem um currículo preparado para atender as escolas em tempo integral ou semi-integral. Os profissionais que ali trabalham têm jornada de 40 horas, e remuneração especial. São ao todo 366 Erem em Pernambuco.

O terceiro segmento é composto por três estados - Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte - que, embora se situando abaixo da média do Brasil no Ideb, têm sistemas próprios de avaliação de resultados escolares, e adotam em alguns casos política de premiação para professores e escolas. No Piauí, de acordo com Sousa (2019, p.339), a sistematização do controle dos resultados educacionais se deu de forma mais significativa, a partir da criação do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi), em 2011. Esse sistema avalia os anos finais do ensino fundamental e as três séries do ensino médio na área de língua portuguesa e matemática, caracterizando-se por realizar uma avaliação estandardizada em larga escala de toda a educação básica do estado. Embora a prática pedagógica dos professores deva ser orientada pela necessidade de produzir resultados, de acordo com as matrizes de referência produzidas para o Saepi, não se registra a avaliação de desempenho dos docentes segundo os resultados obtidos pelos alunos. O Rio Grande do Norte, de acordo com Cabral Neto e Castro (2019, p.381), apresenta altas taxas de distorção idade série: 51,7%, bem acima do índice no Brasil, que é 30,6%, e do Nordeste, que é 40,3%. O estado, segundo os autores, também tem um sistema de avaliação dos resultados escolares, denominado Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional (Simais), realizado em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Esse sistema de avaliação, até o ano de 2018, não estaria vinculado à distribuição de bônus de produtividade à escola, tampouco aos docentes, pelo desempenho alcançado nos exames. Já na Paraíba, de acordo com Silva et al, (2019, p. 255), o Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba – Avaliando Ideb -apresenta um índice denominado **Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (Idepb)**. O caráter meritocrático está presente, pois premia professores que tenham alcançado as metas estipuladas, com um 14º ou 15º salário, conforme o caso. O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF) é também o órgão responsável pela implantação e realização do Sistema, que define metas a serem alcançadas por escola, com base em escala de proficiência gerada nos diferentes conteúdos avaliados. O cálculo das metas a serem alcançadas por escola é de responsabilidade do CAEd/UFJF. Tais metas devem servir de referência para que cada unidade escolar elabore um Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), tendo em vista a superação das dificuldades dos alunos e a elevação de seu desempenho no Idepb.

Muitos autores analisam a política meritocrática dos governos, e não a vêem como favorável a uma educação que possibilite um amplo desenvolvimento educacional. Quando se examina a literatura sobre os testes estandardizados, que se apoiam em comparações nacionais ou internacionais, vê-se que as relações entre a eficácia escolar e os sistemas de testagem aparecem pouco consistentes. Tais relações entre melhores resultados e bonificações são muitas vezes inequívocas e nem sempre automáticas. Assim, de acordo com Almeida, Dalben e Freitas (2013, p.1153), no campo da avaliação educacional a possibilidade de associação da eficácia escolar a diferentes resultados de exames

baseados em testes padronizados é um problema, à medida que diferentes formas de medir levam a resultados diferentes, o que evidencia a fragilidade da elaboração da lista de ranqueamento e, conseqüentemente, ao uso meritocrático.

Sete dos nove estados que integram da Região Nordeste, segundo levantamento realizado e mencionado pelos autores dos artigos que compõem a segunda parte do livro *A política educacional em contexto de desigualdade. Uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste*, têm parcerias com instituições do setor privado, chamadas de *think tanks*, como Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Instituto Natura, Instituto Corresponsabilidade pela Educação (ICE), dentre outras. Este fato demonstra que, mesmo entre governos estaduais posicionados de forma mais crítica às medidas restritivas dos direitos sociais, vem ocorrendo um crescimento significativo do privatismo em educação, da Nova Gestão Pública na área educacional, empregando instrumentos de gestão por resultados, em uma linha meritocrática. Os gestores públicos, muitas vezes, são levados pela onda alarmante do gerencialismo e talvez por não conhecerem bem os parâmetros da ação de tais instituições, nelas se apoiam, em uma expectativa de obter redução de custos operacionais, atingir metas e bons resultados e, assim, melhor gerir a área educacional em seu estado. A gestão educacional centrada nos números ou gestão por resultados, nos estados do Ceará e Pernambuco, poderia, portanto, explicar a diferença de desempenho no Ideb e Pisa, e as razões de seu destaque na Região Nordeste.

Oliveira (2015, p.625), em artigo que analisa as contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação, explica o termo Nova Gestão Pública (NGP) e, a partir desta perspectiva, considera que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que promoveu importantes mudanças no Brasil e na educação, não foi capaz de romper a racionalidade das políticas educacionais, que preveem práticas de avaliação por resultados e de regulação de controle. Segundo a autora, ao concentrar as atenções na eficácia e eficiência do sistema, os governos miram o melhor desempenho, baseado no mérito a partir de suposta igualdade de condições como critério de justiça. Tanto mais grave isso se torna, se consideramos as desigualdades internas no sistema educacional brasileiro e os poucos mecanismos capazes de promover alguma equidade. A nova gestão pública (NGP), orientada por resultados, reforça ainda mais o papel “intermediário” de instâncias na mobilização dos atores locais a serviço das prioridades e objetivos mensuráveis dos governos. Elas foram, portanto, fortalecidas em Pernambuco e Ceará, como meio de acompanhamento, monitorização dos dados e controle de resultados. Trata-se, portanto, de uma política centrada em números, para melhor gerenciar a educação pública.

Sabe-se que os indicadores em suas várias formas criam, sustentam e projetam espaços de comparação constante, bem como têm o poder de moldar a política de educação a ser definida em diversos países. (LINGARD, 2016, p. 609; NORMAND, e VERGER, 2015, p.559) Desta forma, é possível, por meio do estudo do que propõem as legislações dos governos de alguns estados da Região, demonstrar como a educação pode ser governada

por construções de dados dos resultados escolares, sobre as avaliações educacionais e discussões em torno deles. Os indicadores escolares têm tanto o poder de moldar as ações políticas dos governantes, como também indicar os excessos ou omissões em sua capacidade de governança, pois a questão da equidade passa a ser desconsiderada, uma vez que a política meritocrática em educação deixa de lado muitas vezes os menos favorecidos sociais. Assim os indicadores de resultados podem dizer muito, mas não dizem tudo.

O Ideb, bem como alguns dos sistemas de avaliação nos estados, orientam as decisões dos governos na área da educação, envolvendo programas e ações que se traduzem em medidas políticas, bem como repasse de recursos, em base meritocrática, segundo Augusto (2013:1269). Muitos dos sistemas de avaliação têm seus resultados atrelados às avaliações de desempenho de escolas e de docentes, trazendo repercussões, nem sempre positivas, à gestão dos sistemas de educação e aos professores e muitos de seus alunos.

Hall e Gunter (2016:743), analisando as reformas neoliberais da Nova Gestão Pública (NGP) na Inglaterra, advertem para alguns efeitos que tais políticas podem vir a ocasionar: a centralização do currículo e da avaliação nas escolas baseadas principalmente em disciplinas avaliadas por meio de testes nacionais e internacionais. A mercantilização da escola tem diversas consequências, como a competição pelos melhores alunos, entre as escolas, com base na escolha dos pais, a partir de conjuntos de dados vinculados a classificações com base nos testes; a criação de escolas como se fossem unidades de negócios locais, via gestão financeira no âmbito institucional; e o apoio a interesses privados na educação, por meio de aportes financeiros oriundos de patrocínio privado. Os autores falam da tensão que as reformas provocam e levam à criação de uma nova métrica, destinada a permitir o controle da atividade do setor público por intermédio de mensurações, e a subsequente recompensa e/ou punição, no primeiro caso daqueles que atingiram as metas e, no segundo caso, daqueles que transgrediram as quantificações de desempenho prescritas. Estas ações conduzem a uma onda de gerencialismo nas escolas na qual a mudança decretada, diretamente vinculada à agenda da reforma, em ascendência, reduz a autonomia dos professores.

O que demonstram os indicadores escolares

Neste texto foram apresentados os dados referentes aos resultados escolares do Ideb no período 2005 a 2017 e do Pisa 2015, dos estados do Nordeste, procurando explicar as razões das diferenças em relação às médias do País.

Vários dos fatores citados ao longo deste texto indicam que a Região Nordeste ainda vive sob um prisma de elevadas desigualdades sociais; ao que parece, são situações já solidificadas, que se constituem em obstáculo ao desenvolvimento de políticas públicas que promovam a educação de qualidade como direito. Procurou-se demonstrar também

que a diferença de resultado nos exames em larga escala em dois estados, Ceará e Pernambuco, é decorrente de política educacional, que vem sendo executada há mais tempo (em períodos anteriores de governo) e que se constitui em uma modalidade de regulação de controle denominada Gestão por Resultados (AUGUSTO, 2013:1271). Registra-se, nestes casos, um monitoramento dos resultados dos exames, seguido de ações/medidas de assessoramento às escolas com menor desempenho, recompensas financeiras às escolas e aos profissionais daquelas que atingem as metas previstas e /ou punição, após incidência frequente, das que não as obtêm.

Um retorno à questão inicial prevista no título do artigo leva à reflexão sobre os dados do Ideb na Região Nordeste. O indicador, que é estabelecido no Plano Nacional de Educação, na meta sete, para o ano de 2019 e 2021, nos escores de 5,2 e 5,5 para os anos finais do ensino fundamental 5,0 e 5,2 para o ensino médio, respectivamente, aponta que a qualidade da educação brasileira, segundo os índices definidos (meta sete), ainda está distante de ser alcançada. Neste ponto faz-se necessário considerar que a educação escolar é um processo amplo e não se consubstancia exclusivamente no domínio cognitivo, na simples aquisição de conhecimentos dos conteúdos escolares. Quando se fala em padrão de qualidade, segundo a própria Constituição Nacional de 1988, pressupõe-se a existência de outros insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem que os sistemas de ensino devem oferecer e que permitam alcançar uma formação humana mais completa, alicerçada em parâmetros de justiça social. Sabe-se que a qualidade social na educação não se restringe a fórmulas matemáticas, tampouco a resultados estabelecidos *a priori* e a medidas lineares (MONS, 2009:436). A qualidade social da educação escolar não se ajusta, portanto, aos limites das tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam medir os resultados de processos tão complexos e subjetivos. Os números, conforme demonstram os dados estatísticos dos documentos analisados, (relatórios Inep estudados neste texto) falam por si, expressam fatos e podem significar que a realidade escolar na Região Nordeste está ainda distanciada de uma educação pública de qualidade, emancipatória para todas as comunidades e todos os alunos.

O consórcio de governadores do Nordeste, citado neste artigo, poderá vir a representar um instrumento de governança (Lascoumes et Le Galès, 2004:167), que lhes permitirá, na área da educação, realizar em conjunto provimento em infraestrutura escolar, formar parcerias para formação continuada de professores, desenvolver diversas ações conjuntas que tenham por objetivo a melhoria da qualidade social das escolas públicas da Região.

As políticas educacionais em proposições dos governos, no âmbito da União, estados e municípios, guardam uma relação estreita com a qualidade da educação pública que se almeja. Torna-se importante refletir e investigar sobre as ações que realmente devam ser postas em prática nos estados e que tenham por propósito a qualidade social da educação pública, quais os recursos necessários, como buscar maiores investimentos na área educacional. São questões que pressupõem o muito que deve ser feito para superar o distanciamento

entre o cotidiano de trabalho nas escolas públicas, imerso, muitas vezes, em questões de difícil solução, o que se almeja na educação pública de qualidade e que, pelas limitações deste texto, não poderiam ser aqui contempladas. São questões que sugerem um prolongamento de estudos sobre a Região Nordeste, em pesquisas educacionais que possam trazer amplitude de investigação e análise das políticas públicas em tais circunstâncias.

Recebido em 30/12/2019. Aprovado em 14/07/2020.

Notas

1. <https://www.brasil247.com>
2. <http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>. Recomenda-se consultar os documentos citados, que apresentam um estudo estatístico em profundidade dos dados do Saeb no período em questão e do Pisa 2015.
3. O livro *A política educacional em contexto de desigualdade. Uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste*, organizado por Oliveira, D. A.; Duarte, A. M. C. e Rodrigues C. M L, foi lançado em 2019, durante a reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em educação (Anped), pela Editora Mercado das Letras. Trata-se de um produto da pesquisa internacional “Políticas públicas para melhoria do Ensino Médio: socialização científica, tradução e transferência de resultados”, financiada pelo CNPq (Edital 22/2016), realizada em parceria entre o Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade federal de Minas Gerais (Gestrado), com a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Universidade de Lisboa, Universidade Estrasburgo, França, e Universidade de Barcelona, Espanha, sendo coordenada pela Dra. Dalila Andrade Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais.
4. Os artigos que compõem a segunda parte do livro *A política educacional em contexto de desigualdade. Uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste*, sendo um artigo por estado, escritos por pesquisadores em política educacional de universidades públicas da Região Nordeste, à exceção de Pernambuco. São a seguir citados, bem como as respectivas universidades: César Nonato Candeias e José Marcio Oliveira da Universidade Federal de Alagoas (Ufal); Elizeu Clementino e Michel Daian P. Ramos da Universidade Estadual da Bahia (Uneb); Carlos Henrique Lopes Pinheiro e Mario Henrique C. Benevides da Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab); Lucinete Marques Lima, Ângelo Biachini e Francisca C. Lima da Universidade federal do Maranhão (Ufma); Andreia Ferreira Silva, Ângela Cristina A. Albino Maria Cláudia C. Henriques e Melânia M. Rodrigues da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Alexandre Duarte da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Adriana e Silva Souza, da Universidade Federal do Piauí (UFPI); Antônio Cabral Neto e Alda Maria Araújo Castro, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Silvânia Aparecida Bretas e equipe de pesquisa, da Universidade Federal de Sergipe (UFSE).
5. Conforme divulgação no Portal Inep/MEC, consulta em 6 de agosto de 2018.
6. De acordo com o relatório “Resumo Técnico dos Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica”.
7. Segundo o relatório “Brasil no PISA 2015”, se todos os estudantes de 15 anos do país estão em um único ano/série, o valor desse índice é 0. Se uma grande parcela deles ainda está abaixo do ano/série modal, o índice é negativo (-x anos); se está acima, o índice é positivo (+ x anos). O relatório não informa o que significa a sigla Grade.
8. Disponível em atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm
9. Disponível em: www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html
10. Informação disponível em: [www.veja.abril.com.br>concentração de renda](http://www.veja.abril.com.br/concentração%20de%20renda).

11. O IDHM, 'Índice de desenvolvimento humano por município' é considerado mais adequado para avaliar o desenvolvimento dos municípios, pois não se trata da média municipal do índice, mas de um cálculo feito a partir das informações do conjunto da população em relação aos três indicadores. Esse índice ganha maior relevância na análise de políticas cuja participação do município é importante, como no caso dos anos iniciais da educação básica.

Referências

- ALMEIDA, Luana C.; DALBEN, Adilson; FREITAS, Luiz Carlos. O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p.1153-1174, set./dez. de 2013.
- AUGUSTO, M H. Os últimos dez anos de governo em Minas Gerais: a política de resultados e o trabalho docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p.1269-1286, set./dez. de 2013.
- BRETAS, Silvana Aparecida et al. Análise da Política pública em Educação do Governo Jackson Barreto em Sergipe (2015-2018). In: OLIVEIRA, D. A., DUARTE, A. M. C. e RODRIGUES, C. M. L. (Orgs.). **A Política educacional em contexto de desigualdade**. Uma análise das redes públicas de ensino da Região Nordeste. Mercado das Letras. Campinas. 2019.
- CANDEIAS, Cezar N. e OLIVEIRA, José Marcio. Educação básica como direito nas Alagoas: entre as previsões legais e o chão da escola. In: OLIVEIRA, D. A., DUARTE, A. M. C. e RODRIGUES, C. M. L. (Orgs.). **A Política educacional em contexto de desigualdade**. Uma análise das redes públicas de ensino da Região Nordeste. Mercado das Letras. Campinas. 2019.
- CARVALHO. Luiz Miguel. Pisa, intensificação e sofisticação dos processos da regulação transnacional em educação: o caso do programa internacional de avaliação de estudantes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 669-683, jul./set. de 2016.
- CAMPELLO, Tereza *et al.* Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, número Especial 3, p. 54-66, 2018.
- DUARTE, Alexandre. A construção da política educacional em Pernambuco na gestão de Paulo Câmara (2015 -2018). In: OLIVEIRA, D. A., DUARTE, A. M. C. e RODRIGUES, C. M. L. (Orgs.). **A Política educacional em contexto de desigualdade**. Uma análise das redes públicas de ensino da Região Nordeste. Mercado das Letras. Campinas. 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2007. Coleção Leitura.
- HALL, David e GUNTER, Helen. A nova gestão pública na Inglaterra: a permanente instabilidade da reforma neoliberal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 743-758, jul./set. de 2015.
- JORGE, Tiago Antônio da Silva. **Trabalho docente e desempenho estudantil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- LASCOUMES Pierre et LE GALÈS Patrick. **Gouverner par les instruments**. Scences Po: Les Presses, 2004.
- LIMA, Lucinete M; BIANCHINI, Ângelo R. e LIMA, Francisca C. S. Educação Básica no Maranhão no primeiro governo Dino: Políticas e ações. In: OLIVEIRA, D. A., DUARTE, A. M. C. e RODRIGUES, C. M. L. (Orgs.). **A Política educacional em contexto de desigualdade**. Uma análise das redes públicas de ensino da Região Nordeste. Mercado das Letras. Campinas. 2019.

LINGARD, Bob. Pisa: fundamentações para participar e acolhimento político. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 609-627, jul./set.de 2016.

MONS, Nathalie. **Les Effets Théoriques et Réels de L'Évaluation Standardisée**. Paris: EACEA Eurydice, 2009.

NETO, Antônio Cabral e CASTRO, Alda Maria D. A. Política educacional no RN: Diretrizes, Trilhas percorridas e Resultados. In: OLIVEIRA, D. A., DUARTE, A. M. C. e RODRIGUES, C. M. L. (orgs.). **A Política educacional em contexto de desigualdade**. Uma análise das redes públicas de ensino da Região Nordeste. Mercado das Letras. Campinas. 2019.

NORMAND, Romuald e VERGER, Antoni. New public management and education: theoretical and conceptual elements for the study of a global education reform model. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n.132, p. 599-622, jul./set.2015.

OLIVEIRA, Dalila A. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul./set de 2015.

PETTERSSON, Daniel e MOSTALD. Christina. Professores do Pisa: a esperança e a realização da Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37. n. 136, p. 629-645, jul./set. de 2016.

PINHEIRO, Carlos Henrique L. e BENEVIDES, Mario Henrique H. C. Política educacional para a Educação Básica no estado do Ceará. In: OLIVEIRA, D. A., DUARTE, A. M. C. e RODRIGUES, C. M. L. (Orgs.). **A Política educacional em contexto de desigualdade**. Uma análise das redes públicas de ensino da Região Nordeste. Mercado das Letras. Campinas. 2019.

SILVA, Andreia F. *et al.* A Política educacional para a Educação Básica no estado da Paraíba. (2011-2018). In: OLIVEIRA, D. A., DUARTE, A. M. C. e RODRIGUES, C. M. L. (Orgs.). **A Política educacional em contexto de desigualdade**. Uma análise das redes públicas de ensino da Região Nordeste. Mercado das Letras. Campinas. 2019.

SOUSA, Adriana S. A política educacional para a Educação Básica no estado do Piauí. In: OLIVEIRA, D. A., DUARTE, A. M. C. e RODRIGUES, C. M. L. (Orgs.). **A Política educacional em contexto de desigualdade**. Uma análise das redes públicas de ensino da Região Nordeste. Mercado das Letras. Campinas. 2019.

SOUZA, Elizeu C. e RAMOS, Michael Daian P. Políticas e Programas para a Educação Básica no estado da Bahia: uma análise documental da gestão 2014 -2018. In: OLIVEIRA, D. A., DUARTE, A. M. C. e RODRIGUES, C. M. L. (Orgs.). **A Política educacional em contexto de desigualdade**. Uma análise das redes públicas de ensino da Região Nordeste. Mercado das Letras. Campinas. 2019.

VILLANI, Marialuiza e OLIVEIRA, Dalila A. Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1343-1362; out/dez 2018.